

LÍNGUA E RELIGIÃO: UMA SÓ ARQUEOLOGIA

Maria Lucia Mexias-Simon (USS/CiFEFiL)
mmexiassimon@yahoo.com.br

RESUMO

Pela presença nas línguas derivadas de um mesmo tronco linguístico, pode-se traçar um esboço da cultura do povo usuário do idioma tronco; mesmo não havendo provas documentais desse idioma tronco, obtém-se informações, não só sobre o idioma, mas também, sobre o modo de vida do povo que o utilizava.

Palavras-chave: Linguística histórica. Lexicologia. Relações entre língua e cultura.

Há séculos, a questão da origem das línguas fascina os leigos tanto quanto os pesquisadores. Infelizmente, o assunto é, geralmente, abordado em termos tão inconsistentes, que não se sabe, verdadeiramente, o que está em causa e confundem-se, frequentemente, problemas distintos. Em certo sentido, entende-se a origem das línguas como a capacidade de falar entre nossos ancestrais biológicos. Um aspecto da origem da linguagem humana é o do ritmo de seu desenvolvimento. Pode-se opor, aqui, um cenário biológico e um cenário cultural, sem que se excluam mutuamente, uma vez que é possível ter havido ação de um sobre o outro por um longo período.

De acordo com o cenário cultural, a linguagem humana é um artefato, como o são as facas, as roupas, os canais de TV, que pode ter-se desenvolvido ao longo dos 100 mil últimos anos, comprovadamente, por achados arqueológicos com muito mais complexidade no decorrer dos 50 mil últimos anos. Tentou-se ligar a origem da linguagem humana, no atual sentido, a essa expansão cultural intitulada, por vezes, explosão *sapiens*. De acordo com essa hipótese, a posse de uma linguagem plenamente desenvolvida teria conferido aos ancestrais diretos do homem moderno uma vantagem sobre o Homem de Neandertal, que ele teria, então, suplantado. Porém, uma discussão importante leva atualmente dúvidas sobre as aptidões linguísticas do Homem de Neandertal: alguns pesquisadores afirmam serem eles incapazes de uma linguagem tão elaborada como a nossa; outros afirmam não ser a sua linguagem muito diferenciada da nossa. Não se pode afirmar ter sido o papel da linguagem crucial para o desaparecimento do Homem de Neandertal no norte da Europa (e de populações análogas em outras partes), nem ter a linguagem, do tipo

atual, se desenvolvido antes daquela. De toda forma, está ainda em questão o Homem de Neandertal na admissão do papel da linguagem no desenvolvimento e extensão espetaculares da cultura humana.

O cenário biológico, ao contrário, considera a linguagem humana como o ponto de chegada de um longo período de desenvolvimento evolutivo, remontando, provavelmente, há centenas de milhares, talvez milhões de anos. De acordo com esse cenário biológico, as línguas humanas teriam evoluído a um estágio qualitativo e quantitativo semelhante ao das línguas atuais, há cerca de 100 mil anos. Os ancestrais do homem possuíram, provavelmente, formas de linguagem menos desenvolvidas, intermediárias entre sistemas de comunicação rudimentares, próximas aos do chimpanzé, e as línguas humanas atuais.

Normalmente, o historiador reconstrói a história servindo-se da documentação escrita ou arqueológica. No caso das histórias das línguas, esse trabalho resulta impossível, já que, das línguas-tronco, ancestrais das línguas modernas, não há textos escritos nem restos arqueológicos que comprovem sua existência. Sua reconstrução parte da observação de seus descendentes, da observação de um sistema de correspondência entre falares, que leva à constatação de um antepassado comum e à descrição desse antepassado.

Por essa observação de um critério genealógico, agrupam-se as línguas em famílias, das quais a mais estudada é aquela a que pertencemos – a família do indo-europeu.

Dá-se, portanto, o nome de indo-europeu à família linguística que, definida ampla e genericamente por razões geográficas, abrange a maior parte das línguas da Europa, antigas e atuais, estendendo-se até a metade setentrional da Índia, através do Irã e do Afeganistão. A semelhança entre essas línguas, atestadas há quase quatro milênios, nos obriga a aceitar que são a continuação de uma língua pré-histórica comum falada há cerca de sete mil anos.

Ainda que o conceito de indo-europeu seja, antes de tudo, de natureza linguística, é evidente que, ao admitir a existência dessa língua, devemos admitir, também, a existência de um grupo homogêneo de falantes, caracterizados por uma cultura concreta da qual essa mesma língua é parte essencial e, de certo modo, o espelho em que se reflete. Uma constatação rica em consequências históricas.

Daí, termos que também admitir terem os falantes dessa tal lín-

gua, denominados os indo-europeus (o nome é arbitrário, não faz diferença), transmitido a seus descendentes não só um idioma, mas também uma cultura e que essa pode ser reconstruída, da mesma forma que o foi o idioma, comparando dados culturais análogos em diferentes culturas utilitárias de idiomas descendentes do idioma indo-europeu e que também se denominam culturas indo-europeias. Pelo levantamento, portanto, de um sistema de correspondências culturais nessas tais culturas podemos traçar algumas das características culturais do povo utilitário da língua-tronco, falada pelo povo-tronco, o povo indo-europeu, características das quais passamos a traçar breve visão.

A cultura indo-europeia ancestral enquadrava todos os aspectos da realidade (existente ou criada) nas funções do sagrado (relação com os “deuses”), do econômico (administração) e do militar (defesa contra os inimigos). Semelhante ideologia tripartida sobreviveu durante vários milênios e para entender a cultura dos indo-europeus, ou de cada um de seus descendentes, devemos tê-la constantemente em vista.

A função do sagrado, do mundo dos deuses, representa para a cultura indo-europeia um dado puramente objetivo, com o qual o homem estabelece uma relação utilitária e não afetiva. O conceito cristão de “amor de Deus” seria incompreensível para o homem antigo. Nem os homens amavam os deuses, nem os deuses amavam os homens. No entanto, podia-se, entre eles, estabelecer pactos reciprocamente satisfatórios: os homens ofereciam sacrifícios aos deuses e esses, em troca, lhes concediam o que desejavam. Esses desejos nada tinham de metafísico, referiam-se somente à satisfação das necessidades materiais e à proteção contra os inimigos. Os sacrifícios eram, portanto, um autêntico ato jurídico que representava uma forma de pagamento antecipado. A extrema formalidade de que se revestia o sacrifício é típica dos atos jurídicos. Tudo seria inútil se o suplicante não empregasse o nome correto do deus, ou cometesse erros de pronúncia. Nos textos védicos e avésticos mais antigos, o suplicante deveria empregar “palavras pronunciadas corretamente” e na Grécia e em Roma são frequentes as formas cautelares, nas quais, após a invocação do deus por seu nome, acrescentava-se “ou qualquer outro nome com o qual deseje ser invocado”.

Na função econômica, administrativa, encontramos o *dom-i¹²⁵,

¹²⁵ As formas assinaladas com asterisco (*) são estabelecidas por reconstituição, não comprovadas documentalmente; as formas hífen no início e/ou no final não existem isoladamente, apenas em compostos com outras formas.

com derivados em várias línguas indo-europeias. Era a menor unidade social, já que, na sociedade dos indo-europeus o indivíduo não tinha identidade fora do grupo a que pertencia, até o ponto em que a expulsão era a pena para os delitos mais graves. Um conjunto de *dom- constituía o *wick-. Como o *dom- tinha o senhor (*dom-potis → em português, de origem grega, “déspota”), o *wick- tinha o *wick-potis (védico → vishpati, lituano vienschpats). À cabeça do *wick- (que se pode levar ao português clã) está um personagem fundamental, cuja recuperação constitui um dos maiores êxitos de linguística histórica, no campo da reconstrução cultural – o Rei.

O rei exercia as funções militares, além das sagradas e econômicas. Situava-se entre os deuses e os homens, representava os deuses e os interesses de seu povo, fazia descer, sobre esses, os dons daqueles. Dele dependem o bem estar e a vida das tribos, porém não mediante leis sábias, mas graças a sua sobre-humana capacidade de obter dos deuses tudo de que os homens necessitam e desejam.

O desejo máximo era a “glória imortal” feita da sobrevivência do nome, elemento constituinte e fundamental de qualquer ser. Porém, o nome só sobrevive ligado a uma recordação gloriosa, transmitida de geração a geração. Daí a necessidade da prática do ato heroico, de bravura, digno de recordação, com o qual, mesmo se perdendo a vida, o nome persistirá na memória de sua gente. Será traçada uma *dom- nobre, de destaque, diferindo de outras, sem tradição, a que pertencerão os homens comuns. Ante uma religião que não oferecia esperanças de vida eterna, e mais, ante a perspectiva de uma infelicidade eterna após a morte, a glória imortal oferecia a certeza da sobrevivência infinita de uma parte essencial do “eu”.

A sobrevivência do nome aparece vinculada à recordação infinita da gesta heroica e, aqui, entra em cena um outro personagem fundamental da cultura indo-europeia a que chamaremos “poeta” (do grego *póios* = criar). Na realidade, era um profissional da palavra e em seu âmbito de competência entrava tudo que se relacionasse com a palavra. Era, pois, um sacerdote, por conhecer as fórmulas com que se devia dirigir aos deuses; era médico, por seu conhecimento de fórmulas mágicas que curavam todos os males; era jurista por conhecer as fórmulas do direito consuetudinário; era historiador, por conhecer e narrar as histórias mais ou menos lendárias de seu povo e era, enfim, encarregado de celebrar em poesia, para transmissão oral, as empresas gloriosas de heróis presentes ou passados, mais ou menos fictícios, movido, acreditava-se, por inspiração di-

vina. Esse enorme patrimônio intelectual se adquiria mediante um ensino acadêmico, rigorosamente oral, ao lado de um poeta de mais idade. Os chefes políticos (Reis) intuíram rapidamente ser o poeta muito útil na exaltação do *status quo* contribuindo, assim, para mantê-lo. Nasceu, então, a figura do poeta da corte, chapa-branca, que vive de forma estável ao lado do rei e que tem, como função principal, entretê-lo com suas narrações e celebrar em versos, com ritmo, seus feitos heroicos, verdadeiros ou não, assim como de seus antepassados. Como é natural, isso implicava uma situação de bem estar material que permitisse ao poeta sustentar-se, assim como a sua própria *dom-. Vários desses cantos chegaram até nossos dias, por exemplo, na Grécia a obra de Homero. Seus cantos caracterizam-se pela linguagem obscura, vazada em idioma que nunca existiu oralmente e se caracteriza pela presença de arcaísmos, neologismos, empréstimos a outras línguas, metáforas, fórmulas fixas, já que o poeta não pretendia dizer nada de novo, porém criar uma atmosfera musical, encantatória e evocadora do passado.

Tocando os três ângulos da visão do mundo indo-europeu, o sagrado, o militar e o econômico, os Reis, tendo a seu lado os Poetas, davam suporte material e espiritual a seus povos, procurando garantir-lhes a existência nesse mundo e, tanto quanto possível, a imortalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSETO, Bruno F. *Elementos de filologia românica*, vol. 1 – História externa das línguas românicas. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

MEILLET, A. *Linguistique historique e linguistique générale*. Paris: Librairie Honoré Champion, 1965.

RAMAT, Anna G.; RAMAT, Paolo. (Éds.). *Las lenguas indoeuropeas*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1995.

RUHLEN, Merrit. *L'origine des langues*. Paris: Éditions Belin, 1997.

Anexo

REI:

Latim – Rex, regis.

Antigo Germânico – Ric (aparece em muitos nomes próprios; Ricardo, Frederico etc.).

Gaulês – (falado na Gália, atual França) -rix, acrescido aos nomes próprios, quando fosse o caso: Vercingetorix.

Português - Rei, reino, reinar etc.

Regra, regrar etc.

Regular, regulamento etc.

Relho

Régua

Francês – Roi.

Inglês – Rich.

Alemão – Reich.

Línguas da Índia – Raj, Rajá, Marajá etc.